



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS.**

HELOISA OLIVEIRA MELO

**AGROECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA AOS PEQUENOS AGRICULTORES EM
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO DISTRITO DE TAQUARUÇU – PALMAS,
TOCANTINS**

**PALMAS – TO
2019**

HELOISA OLIVEIRA MELO

**AGROECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA AOS PEQUENOS AGRICULTORES EM
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO DISTRITO DE TAQUARUÇU – PALMAS,
TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Tocantins para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Keile Aparecida Beraldo.

PALMAS - TO
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M528a Melo, Heloisa Oliveira.

Agroecoturismo uma alternativa aos pequenos agricultores em transição agroecológica no distrito de Taquaruçu – Palmas, Tocantins. / Heloisa Oliveira Melo. – Palmas, TO, 2019.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Ciências Econômicas, 2019.

Orientadora : Keile Aparecida Beraldo

1. Agroturismo. 2. Desenvolvimento. 3. Sustentabilidade. 4. Comunidades.
I. Título

CDD 330

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HELOISA OLIVEIRA MELO

**ECO AGROTURISMO UMA ALTERNATIVA AOS PEQUENOS AGRICULTORES EM
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NOS DISTRITOS DE TAQUARUÇU – PALMAS,
TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Tocantins para obtenção do grau de bacharel em
Ciências Econômicas.

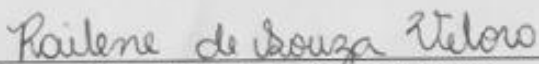
Orientadora: Profª. Dra. Keile Aparecida Beraldo.

Data de aprovação 13 / Dezembro / 2019

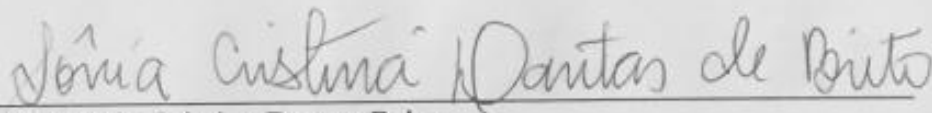
Banca examinadora:



Professora Dra. Keile Aparecida Beraldo
Orientadora – UFT



Professor MSc. Railene de Souza Veloso
Membro – UFT



MSc. Sonia Cristina Dantas Brito
Membro Externo - UFT

AGRADECIMENTOS

A minha família, por nunca ter me deixado sozinha nos momentos difíceis e ter me dado a força e a coragem necessárias para que eu não desistisse dos meus sonhos e objetivos.

RESUMO

O Distrito de Taquaruçu e seu entorno, vem enfrentando problemas para conservação de seus recursos naturais, principalmente devido ao desmatamento e uso dos recursos hídricos para práticas agrícolas. Nesse sentido, há uma grande preocupação com a preservação dos recursos naturais, pois a região está em uma zona de transição do bioma Cerrado para a Amazônia, o que assegura uma grande diversidade de elementos da fauna e da flora local. Neste sentido este trabalho tem como objetivo mapear agricultores (as) familiares que trabalham no sistema de transição, do convencional para a produção agroecológica, no entorno do distrito de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande no município de Palmas, Tocantins, e se dispõem a abrir suas propriedades para o agroecoturismo, com a visão de que, pode-se minimizar problemas ambientais, e ao mesmo tempo gerar o desenvolvimento local sustentável. O agroecoturismo não visa apenas promover um simples contato com a natureza, mas também promover a sustentabilidade e auxiliar na renda dos agricultores familiares da região. A pesquisa se caracterizou como documental e bibliográfica, de caráter exploratória-descritiva, por meio de procedimentos qualitativos/quantitativos. Conclui-se que os locais possuem muitas características que podem ser aproveitadas e desenvolvidas para o agroecoturismo e que o município possui vocação para tal, portanto há uma necessidade de se trabalhar para envolver e qualificar melhor a população local.

Palavras-chave: Agroecoturismo; Desenvolvimento Regional; Sustentabilidade; Comunidades.

ABSTRACT

Taquaruçu District and its surroundings have been facing problems for the conservation of their natural resources, mainly due to deforestation and use of water resources for agricultural practices. In this sense, there is a great concern with the preservation of natural resources, as the region is in a transition zone from the Cerrado to the Amazon biome, which ensures a great diversity of elements of the local fauna and flora. This study aims to map family farmers who work in the transition system, from conventional to agroecological production, around the Taquaruçu district and Taquaruçu Grande community in the city of Palmas, Tocantins. open their properties for agroecotourism, with the view that environmental problems can be minimized while at the same time generating sustainable local development. Agroecotourism is not only intended to promote simple contact with nature, but also to promote sustainability and assist in the income of family farmers in the region. The research was characterized as documentary and bibliographic, exploratory-descriptive, through qualitative / quantitative procedures. It is concluded that the places have many characteristics that can be used and developed for agroecotourism and that the municipality has vocation for this, so there is a need to work to better involve and qualify the local population.

Key words: Agroecotourism; Regional Development; Sustainability; Communities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Etapas da pesquisa	14
Figura 2 – Macrozoneamento e Zonas Especiais de Interesse Ambiental e Turístico	18
Figura 3 – Mapa do Turismo do Tocantins	23
Figura 4 - Área da Pesquisa	30
Figura 5 - Propriedades localizadas no distrito de Taquaruçu	34
Figura 6 - Propriedades localizadas na comunidade de Taquaruçu Grande	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos e estratégias de ação para a estruturação do Polo Turístico de Taquaruçu.	17
Quadro 2 – Resultados da pesquisa sobre o potencial dos AFs segundo os objetivos e estratégias SEBRAE	31

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
AF – Agricultores Familiares
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNT - Conselho Nacional de Turismo
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
ETI – Escola de Tempo Integral
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
MTur - Ministério do Turismo
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não Governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PLANTUR/PNT - Plano Nacional de Turismo / Política Nacional do Turismo
SAF – Sistema Agroflorestal
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDER - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
SNETur - Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo
SNINT - Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional
TTCR - *Travel & Tourism Competitiveness Report*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.2. Objetivos	12
1.2.1 Geral	12
1.2.2. Específico.....	12
2. METODOLOGIA.....	13
2.1 Caracterização da Área de Estudo	17
3. REVISÃO DE LITERATURA - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL	19
3.1 Plano Nacional de Turismo 2018-2022.....	21
3.2 Turismo Rural e Agroecologia.....	23
3.3 Desenvolvimento Regional e o Agroecoturismo.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
6. REFERENCIAS.....	36

1. INTRODUÇÃO

Em 2017 o Brasil ocupou a 27ª posição de um total de 136 países analisados pelo relatório do Fórum Econômico Mundial, *The Travel & Tourism Competitiveness Report* (TTCR, 2017). Esse mesmo relatório apontou que o país é o 1º em diversidade de recursos naturais, 8º em recursos culturais e 66º em sustentabilidade. É neste sentido que novas experiências vêm sendo implementadas no meio rural, na tentativa de amenizar, pelo menos em parte, seus mais variados problemas. Iniciativas como: a valorização da indústria familiar, o revigoramento do artesanato, o incentivo aos setores comercial e de serviços, a emergência do trabalho informal e a implantação de programas de “turismo alternativo”, são apenas alguns dos exemplos mais notáveis (PORTUGUEZ, 2017).

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2017) este setor é um dos principais segmentos que vem fomentando o comércio internacional, em 2016, todo o setor de turismo foi responsável por 8,5% do PIB, movimentando U\$\$ 152,2 bilhões e 7 milhões de empregos do Brasil. O turismo doméstico brasileiro é dez vezes maior que o internacional e mais consumido por pessoas de renda mais elevada. Em 2017 superou as expectativas de crescimento, movimentando US\$ 7,6 trilhões e gerou 292 milhões de empregos.

Melo e Aguiar (2017), relatam que o turismo é uma atividade econômica que, se bem planejada, pode promover a proteção de ambientes naturais e estimular o desenvolvimento de localidades para tal. Mas, para isso é preciso que a utilização desses espaços seja bem estudada e ordenada, reduzindo ao máximo os impactos sobre o meio ambiente, inerentes ao turismo ecológico. Assim a ideia de desenvolvimento regional e desenvolvimento rural sustentável vem ganhando espaço em diferentes atividades tais como, o turismo rural ou agroturismo.

Os estudos de Santos e Souza (2010) demonstram que o agroturismo pode proporcionar benefícios às esferas social, ambiental e cultural preservando a identidade sociocultural local, os conhecimentos tradicionais e ao mesmo tempo sendo um meio de divulgação das práticas de produção limpa. Segundo Parra *et al.* (2007) o agroturismo é uma modalidade de turismo onde o produtor rural e seus familiares estão dispostos a partilhar seu modo de vida com moradores do meio urbano, valorizando a cultura e a natureza. Na mesma via, a agroecologia significa uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais e gera retornos

econômicos múltiplos, gerando empregos, distribuindo renda, além de promover o respeito ao conhecimento tradicional e a sustentabilidade, conceitos bases da agroecologia.

Dentre as diversas definições para agroturismo encontradas na literatura, neste trabalho entende-se como agroturismo o conjunto de atividades turísticas no meio rural que agrega valor aos produtos e serviços, preocupando-se em elevar e resgatar o patrimônio cultural e social da comunidade. Algumas das características do agroturismo são: seu desenvolvimento ser em uma propriedade ativa, de gestão e organização familiar, gerando renda complementar, onde o consumidor participa das atividades rotineiras da propriedade, de forma direta ou indireta, tendo contato direto com o produtor (SANTOS; SOUZA, 2010; SEBRAE, 2017; MELO e AGUIAR, 2017).

Diante do cenário promissor do turismo para o desenvolvimento regional e do *gap* de sustentabilidade existente no país, entende-se que o modelo de turismo agroecológico, quando bem implantado, fortalece a economia local, a conservação e preservação do meio ambiente, além de valorizar a diversidade local. Problemas socioeconômicos, ambientais e a preservação da cultura local possuem grande relação com a agricultura familiar e a comunidade do distrito de Taquaruçu e Taquaruçu Grande no município de Palmas, Tocantins.

O Distrito de Taquaruçu e seu entorno, vem enfrentando problemas para conservação de seus recursos naturais, principalmente em função ao desmatamento e uso dos recursos hídricos para práticas agrícolas convencionais, desde a década de 1940 quando começou a se formar o povoado, com a chegada dos seus primeiros migrantes. Desde então as práticas agrícolas vêm provocando prejuízos socioambientais, tais como, assoreamento, desmatamento, incêndios, poluição e degradação da microbacia do Ribeirão Taquaruçu Grande.

Nesse sentido, há uma grande preocupação com a preservação dos recursos naturais, pois a região está em uma zona de transição do bioma Cerrado para a Amazônia, o que assegura uma grande diversidade de elementos da fauna e da flora local. Outro agravante é a riqueza de ribeirões, córregos, corredeiras, nascentes e cachoeiras localizadas nos distritos, que fazem parte da microbacia do Ribeirão Taquaruçu e abastecem o município de Palmas e seus mais de 299 mil habitantes (IBGE, 2019). No entanto, observa-se que atividades agropecuárias praticadas com técnicas agroecológicas (orgânica, biodinâmica, natural, ecológica) assim como o agroecoturismo tem se apresentado como uma alternativa viável, sustentável para melhorar a produção e

aumentar a competitividade dos pequenos agricultores familiares locais, que vem fazendo a transição do modelo de agricultura convencional para o agroecológico.

Segundo Schimitt (2013) a expressão “transição agroecológica” tem sido utilizada como referência às interações entre processos sociais e processos ecológicos na co-produção do desenvolvimento rural que busca integrar diversos campos do conhecimento com base em uma perspectiva de sustentabilidade. Para Machado e Machado Filho (2014) agroecologia significa “uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais” e gera retornos econômicos múltiplos, além de distribuição da renda, visto que a parte social é fundamental para o conceito de agroecologia.

Diante desse contexto, entende-se que o agroecoturismo deve incentivar práticas agrícolas que permitam aos produtores melhorarem suas condições de vida e, conjuntamente, preservarem remanescentes florestais. Para tal, o agroturismo aliado a técnicas e práticas agroecológicas, como os sistemas agroflorestais, apresentam enorme potencial como fonte de soluções alternativas para os problemas enfrentados na agricultura convencional, permitindo, principalmente aos pequenos produtores, retornos econômicos e maior conservação de seus recursos naturais.

Dessa forma, este trabalho busca mapear agricultores (as) familiares que trabalham no sistema de transição, do convencional para a produção agroecológica, no entorno do distrito de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande no município de Palmas, Tocantins, e se dispõem a abrir suas propriedades para o agroturismo, com a visão de que, pode-se minimizar problemas ambientais, e ao mesmo tempo gerar o desenvolvimento local sustentável.

A questão chave que norteia esta pesquisa é: Quantas propriedades praticam técnicas de produção agroecológicas e estão dispostas a desenvolver o agroecoturismo no distrito de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande no município de Palmas?

No caso específico deste trabalho, focalizou-se em uma das modalidades do turismo praticado em espaço rural: o agroecoturismo ou turismo agroecológico voltado para agricultores que buscam um modelo diferenciado de produção baseado nos preceitos agroecológicos, no distrito de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande, diante do cenário promissor da política de turismo para o Brasil e suas diferentes regiões. O agroecoturismo não visa apenas promover um simples contato com a natureza, mas também promover a sustentabilidade e auxiliar na renda dos agricultores familiares da região.

De acordo com os dados da Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural (SEDER), na zona rural do Distrito de Taquaruçu existem aproximadamente 700 famílias de agricultores. Devido a informalidade, não se sabe ao certo quantos produtores estão trabalhando com o sistema agroecológico e com potencial para o ecoturismo na região. A agricultura, nos distritos de Taquaruçu e Taquaruçu Grande, é de subsistência, constituída de pequenos produtores que desenvolvem atividades fora do circuito comercial de mercado. Os principais produtos são: arroz, feijão, mandioca, milho e hortaliças, apesar da topografia acidentada e solos pobres em micro e macronutrientes. Os produtores, em sua maioria, são de baixo renda e os excedentes da produção são vendidos na capital Palmas (SEDER, 2018).

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Mapear as propriedades em transição para o sistema de produção agroecológico e com potencial para desenvolver o agroecoturismo nos distritos de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande no município de Palmas, Tocantins.

1.2.2 Específicos

- Identificar agricultores familiares que trabalham com técnicas agroecológicas com potencial para o agroecoturismo no distrito de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande município de Palmas, Tocantins;
- Apresentar as políticas públicas locais voltadas para o agroecoturismo e agroecologia que estão sendo implementadas no distrito de Taquaruçu e seu entorno;
- Comentar sobre o papel das Instituições de Ensino, ONGs e Associações para a implementação do Plano de Agroecoturismo na comunidade de Taquaruçu e seu entorno.

2. METODOLOGIA

Neste estudo foram utilizadas abordagens qualitativa e quantitativa estruturadas em uma investigação bibliográfica e documental. A pesquisa se caracterizou como documental e bibliográfica, sendo de caráter exploratória-descritiva, que se instrumentalizou por procedimentos qualitativos/quantitativos para identificar os agricultores familiares e suas propriedades no Distrito de Taquaruçu e seu entorno. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e SEDER, buscou-se compreender o desempenho da produção agroecológica e do agroturismo nos Distritos de Taquaruçu e Taquaruçu Grande, município de Palmas, Tocantins.

De acordo com Oliveira *et al.* (2017 p. 2) a pesquisa qualitativa aborda diversos campos do saber entre eles: a antropologia, sociologia, economia, psicologia, administração, biologia, ciências sociais e educação entre outros. É conhecida também como “estudo de campo”, “observação participante”, “entrevista qualitativa”, “abordagem de estudo de caso”, “pesquisa participante”. Já a pesquisa descritiva tem o propósito de analisar, com maior precisão possível, fatos ou fenômenos em sua natureza e características, procurando observar, registrar e analisar suas relações, conexões e interferências (MICHEL, 2009).

Nesta perspectiva, com o objetivo de conhecer melhor o Distrito de Taquaruçu, e a comunidade de Taquaruçu Grande, utilizou-se a pesquisa documental. Trata-se de uma técnica de pesquisa de caráter qualitativo que procura obter dados por meio de documentos oficiais tais como: relatórios e outros. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro a novembro de 2019 e dividida em quatro etapas, conforme descritas a seguir.

1º Etapa: Revisão de Literatura

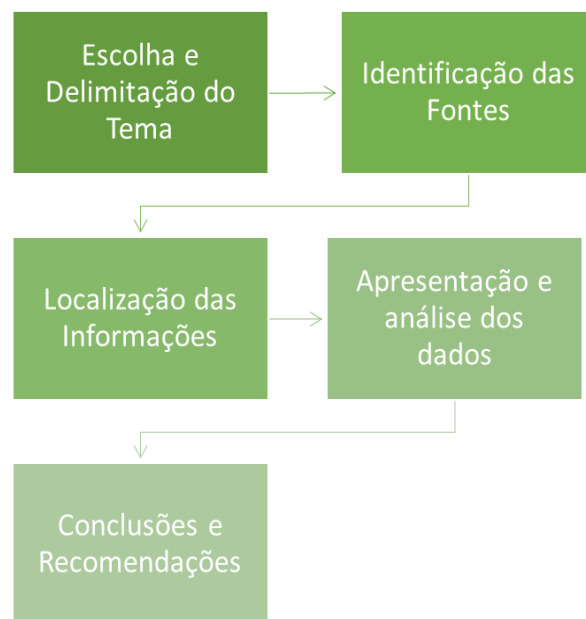
Segundo Marconi e Lakatos (2008), todo trabalho científico, toda pesquisa, seja de laboratório ou de campo, deve ter o apoio e o respaldo de uma revisão de literatura preliminar. Revisões de Literatura são estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Trata-se, portanto, de um tipo de texto que reúne e discute informações produzidas na área de estudo, que fornece subsídio para contextualizar a extensão e significância

do problema que se maneja e aponta. Também discute possíveis soluções para problemas similares, além de oferecer alternativas de metodologias que têm sido utilizadas para a solução do problema.

O desenvolvimento de uma revisão de literatura comporta, de acordo com Andrade (2008), as seguintes etapas: escolha e delimitação do tema; identificação das fontes; localização das informações; documentação; análise e seleção do material levantado; reflexão; redação.

Seguindo as etapas descritas, iniciou-se pela **escolha e delimitação do tema**, baseou-se nos critérios de relevância, exequibilidade e oportunidade. Assim, o tema do trabalho deve apresentar importância e alguma contribuição sobre o assunto tratado, bem como ter uma bibliografia acessível e atual.

Figura 1- Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base em Andrade, Marconi e Lakatos (2008)

2º Etapa: Coleta de dados

O próximo passo foi a **identificação das fontes**, que é fundamental para a coleta e a classificação das informações. Nessa etapa, de acordo com Andrade (2008), pode-se optar por fontes primárias que são caracterizadas por ser uma informação original, sendo muitas vezes o primeiro registro formalizado de alguma informação; por fontes secundárias que são

interpretações e avaliações de fontes primárias; ou pelas terciárias que são uma espécie de destilação e coleção de fontes primárias e secundárias. Nesta pesquisa a coleta de dados ocorreu em fontes secundárias, mediante o levantamento feito nas bases do portal de periódicos da CAPES e no Portal da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) publicações no período de 2001 a 2018.

O levantamento e a escolha dos trabalhos, em uma primeira etapa, foram realizados por meio da busca das palavras-chave “Agroecologia”, “Agroturismo”, “Desenvolvimento regional”, “Análise de Políticas Públicas”, no título dos artigos. Posteriormente, as mesmas palavras foram buscadas em qualquer parte do texto.

Em continuidade ao processo metodológico estabelecido foram selecionados artigos e teses que tratassem de políticas públicas, ecoturismo, agroturismo, agroecologia e sustentabilidade, cujas pesquisas foram realizadas através de estudos de casos semelhantes ao objetivo da pesquisa e que apresentassem o desenvolvimento histórico das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local, o agroecoturismo, as práticas agroecológicas e a sustentabilidade.

Os dados quantitativos foram coletados por meio de relatórios e diferentes estudos, como também o plano de turismo nacional vigente e o plano de turismo para o distrito de Taquaruçu, produzido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2017.

3º Etapa: Organização e tabulação dos dados

Em seguida, passou-se para **localização das informações**, por meio das leituras prévia ou de contato; seletiva; crítica ou analítica e interpretativa (ANDRADE, 2008). A leitura prévia ou de contato consiste em procurar, no índice ou sumários, os títulos e subtítulos, pesquisando a existência das informações desejadas; uma leitura “por alto”, de páginas salteadas, para dar uma ideia do conteúdo. A leitura seletiva consiste na leitura mais detida dos títulos e subtítulos, do conteúdo das partes que foram selecionadas após a leitura prévia. A leitura crítica ou analítica é mais atenta e demorada, objetivando a inteligência do texto, a apreensão de seu conteúdo, que será submetido a análise e interpretação. Após, segue-se a leitura interpretativa que procura estabelecer relações, confrontar ideias, refutar ou confirmar opiniões.

Seguindo esses passos, realizou-se uma leitura sobre o tema: Política Nacional de Turismo e a Política Nacional de Agroecologia. Nesta etapa da investigação, torna-se importante evidenciar que a diferença da pesquisa bibliográfica e documental está na natureza das fontes:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultada nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como fontes bibliográficas (GIL, 2010).

4º Etapa: Apresentação e discussão dos dados

Buscando alcançar os objetivos da pesquisa, após a realização das etapas anteriormente descritas, os dados coletados foram apresentados e analisados, conforme o plano de ação para a estruturação do Polo Turístico de Taquaruçu realizado pelo SEBRAE, descritos no quadro 1.

De acordo com o estudo realizado pelo SEBRAE em 2017, o distrito de Taquaruçu possui a maioria dos locais turísticos dentro de propriedades privadas. Também possui potenciais turísticos em fase de estruturação, que futuramente serão locais de visitação, hospedagem e degustação gastronômica. A pesquisa também indica o incentivo a esses projetos já em estruturação, a sensibilização de propriedades que estão subutilizadas e a identificação de potenciais locais que possam agregar valor à oferta da região.

Outro ponto enfatizado nos estudos realizados pela equipe do SEBRAE é a importância de trabalhar o empreendedorismo na região. Esse esforço deve ser feito de forma a incentivar e promover o uso sustentável e produtivo de suas propriedades e os recursos naturais nelas existente, gerando desenvolvimento e estabelecendo identidade à região e contribuindo para o seu diferencial competitivo no ramo turístico.

Quadro 1– Objetivos e estratégias de ação para a estruturação do Polo Turístico de Taquaruçu.

Microsegmento	Setorial Serviços	Projeto	03 – Estruturação do Polo Turístico de Taquaruçu
Objetivo	Identificar e estruturar o Polo Turístico do Distrito de Taquaruçu, desenvolvendo ações que promovam a implantação, ampliação e melhoria dos produtos e serviços ofertados pelas micro e pequenas empresas do setor de turismo, identificadas por meio de diagnóstico. Contribuindo assim, com o desenvolvimento dos pequenos negócios do município de Palmas-TO.		
Público Alvo	Empreendedor Individual – Empresa de Pequeno Porte – Microempresa – Potencial Empreendedor – Potencial Empresário – Produtor rural		
Estratégias de Atuação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação do potencial turístico do Distrito de Taquaruçu; 2. Estruturação do Polo Turístico de Taquaruçu; 3. Aproveitamento dos Recursos Sustentáveis da Região; 4. Promoção das potencialidades econômicas da Região; 5. Desenvolvimento dos pequenos negócios do município. 		

Fonte: Sebrae (2017)

2.1 Caracterização da Área de Estudo

Conforme já mencionado anteriormente o estudo foi realizado no distrito de Taquaruçu e Taquaruçu Grande que se localizam no município de Palmas, capital do estado do Tocantins. Tal município foi constituído do desmembramento territorial dos municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Palmas é de 0,788, considerado médio quando comparado com o restante do país, e população estimada de 299.127 habitantes (IBGE, 2019).

De acordo com o IBGE em divisão territorial datada de 1995, o município foi constituído inicialmente por 3 distritos: Palmas, Taquaralto e Taquaruçu do Porto. Já em 2001 em nova divisão territorial, o município passa a ser constituído por 3 distritos: Palmas, Buritirana e Taquaruçu do Porto, permanece desde sua última atualização em 2007.

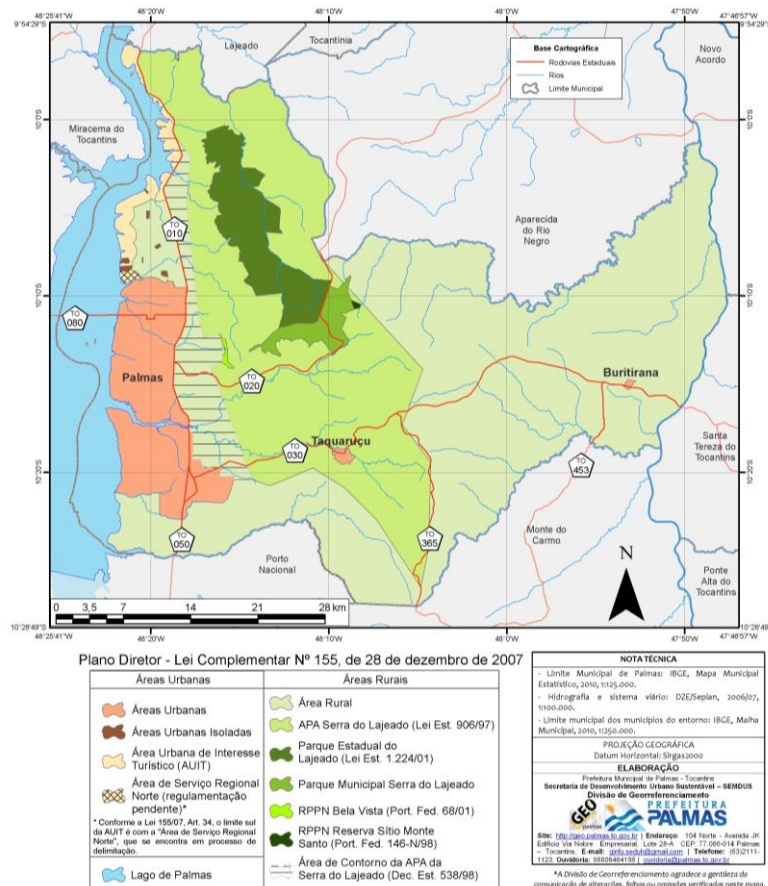
Taquaruçu ou Taquaruçu do Porto é uma comunidade localizada a 32 km do centro de Palmas e abriga diversos biomas, rios, balneário, cachoeiras e trilhas, além de atrativos culturais e gastronômicos. Apesar dos seus diversos atrativos, ainda é um local pouco conhecido e explorado por turistas, sendo a maioria do Tocantins, principalmente da capital e cidades mais próximas, como Porto Nacional. Mesmo sendo pouco conhecido, a região já se encontra no Mapa do

Turismo e faz parte do complexo Serras e Lagos, juntamente com o município de Lajeado, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Monte do Carmo.

Já a comunidade de Taquaruçu Grande está localizada às margens da rodovia TO-020, que dá acesso ao município de Aparecida do Rio Negro. A conexão direta entre Taquaruçu e Taquaruçu Grande se dá por via não pavimentada, que corta propriedades particulares. Devido à maior proximidade, em relação ao centro da capital, a região possui muitas chácaras para lazer e eventos. Parte da reserva do Sítio Monte Santo se encontra dentro dessa comunidade e abriga muitas riquezas naturais, como nascentes de rios, fauna e flora nativas.

A microbacia do Ribeirão Taquaruçu Grande conta com muitas belezas naturais por causa de sua localização, geologia, hidrografia, vegetação e clima. Nesse sentido busca-se atividades com sinergia entre a agroecologia e o turismo, e que contribuam para o desenvolvimento local sustentável.

Figura 2 – Macrozoneamento e Zonas Especiais de Interesse Ambiental e Turístico



Fonte: Prefeitura de Palmas (2017)

3. REVISÃO DE LITERATURA – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL

Segundo Becker (2001) na década de 1950 o governo brasileiro começou a enxergar o turismo como uma atividade relevante e suas primeiras regulamentações foram estruturadas pelo Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubtscheck, que ampliou as rotas rodoviárias, abriu o mercado para as montadoras de veículos estrangeiras e gerou uma nova classe média que passou a circular internamente.

O grande marco institucional da política de turismo no Brasil, foi a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) em 1966, quando a atividade foi pela primeira vez vista como geradora de renda, um segmento industrial a ser fomentado, mas de forma ainda muito centralizada, característico do regime vigente. Durante os anos seguintes as políticas de desenvolvimento do turismo foram deixadas de lado, em detrimento ao fomento de uma indústria de base nascente e apenas da década de 1980, com o fim do regime ditatorial e retorno da democracia, políticas públicas foram de fato levadas a cabo. Em 1981 há uma aproximação entre turismo e a questão ambiental, que posteriormente se tornará oficialmente “turismo ecológico” (BECKER, 2001).

A Constituição Federal de 1988 foi outro marco histórico e institucional no planejamento e desenvolvimento do país. A partir de então começaram a ser traçadas as diretrizes estruturais para o desenvolvimento socioeconômico, que se desdobrariam no decorrer dos anos em políticas específicas para cada setor da economia e das regiões brasileiras. O parágrafo IX do artigo 21 destaca a reponsabilidade da União na elaboração e execução de planos nacionais e regionais de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social. Já no art. 180 trata do turismo como competência do Estado, apontando a responsabilidade da União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios de promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Para Becker (2001) o turismo é uma marca do século XX, que oferece condições de realização para o desejo de conhecer novos ambientes, que para muitos autores, é inerente a condição humana. Neste sentido, ele se confunde com a própria geografia. A autora afirma ainda que o fomento ao turismo, principalmente nos polos, pode ser uma forma de reestruturação das cidades, mas na prática, possui características de uma modalidade de serviço para movimento e

circulação de pessoas e capital, sem benefícios a região. O que trazia apenas o crescimento marcado por desigualdade social, exclusão e degradação do ambiente

Em 1992 foi criado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), que pela primeira vez, foi instrumento de desenvolvimento regional através da descentralização dos investimentos no setor, que à época eram quase que exclusivamente nas regiões sul e sudeste e na zona costeira, o turismo de “sol e praia” era o foco principal e visto como vendável e lucrativo. Com a implantação do PLANTUR em 1992, houve avanço no conceito de polo turístico e potenciais áreas a serem desenvolvidas, mas ainda tratando a zona costeira como palco principal dessa expansão, principalmente da região nordeste. (PORTUGUEZ, 2017)

A lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 cria o Ministério do Turismo (Mtur) e dá a ele a atribuição de desenvolver o turismo como atividade econômica importante para a geração de emprego, renda e divisas, além de contribuir para a inclusão social e o desenvolvimento econômico. Ao longo desse período o turismo brasileiro vem evoluindo em financiamento, infraestrutura, número de turistas estrangeiros, movimentação financeira e geração de empregos. Cabe mencionar que até o ano de 2003 a Política Nacional de Turismo estava ligada ao Ministério do Esporte e Turismo, quando foi desmembrado e ganhou autonomia, principalmente devido a sua importância para a economia do país

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei do Turismo), principal marco legal do turismo no país, definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica. A mesma lei definiu como objetivo principal do Sistema Nacional de Turismo desenvolver as atividades turísticas, de forma sustentável, pela coordenação e integração das iniciativas oficiais com as do setor produtivo, de modo a promover a regionalização do turismo, mediante o incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão.

Atualmente o Ministério do Turismo conta com três secretarias institucionais e uma executiva, um conselho e uma autarquia especial. A Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (SNETur) é responsável pelo ordenamento e planejamento territorial e desenvolvimento das regiões turísticas, apoio à implantação de infraestrutura e do ambiente jurídico, além de atrair

investimentos e articular linhas de crédito especiais para o setor. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo (SNDTur) é a responsável por incentivar o turismo responsável, promover e apoiar a comercialização dos destinos e capacitação dos profissionais no âmbito nacional. Já a Secretaria Nacional de Integração Interinstitucional (SNINT), articula e interliga órgãos federais dos estados e municípios a fim de fortalecer o desenvolvimento do turismo nacional

A EMBRATUR é ainda a autarquia responsável pela execução da Política Nacional de Turismo na promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos brasileiros no âmbito internacional. Por fim, o Conselho Nacional de Turismo (CNT), composto por representantes do Governo Federal e por entidades de diversos segmentos relacionados ao turismo. Assessoria o Mtur na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo.

3.1 Plano Nacional de Turismo 2018-2022

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 é o plano estratégico que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Brasil, durante esse período, a fim de ordenar as ações e a utilização dos recursos. “É um norte para que o turismo seja um vetor de desenvolvimento do país, por meio de geração de emprego, de renda e de inclusão social.” (PNT, 2018, p.14). Além de contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais e melhoria da distribuição de renda.

Suas principais metas são duplicar a entrada de turistas estrangeiros no Brasil, passando de 6,5 milhões de pessoas, para 12 milhões ao ano por meio de promoção e retirada da necessidade de visto para a entrada no país. Triplicar a receita gerada por esses turistas chegando a US\$ 19 bilhões, investindo em diversos segmentos como o Ecoturismo, Turismo de Aventura, Cultural, de Negócio, Eventos, entre outro. Aumentar de 60 para 100 milhões, o número de brasileiros viajando pelo país. Segundo dados do próprio Mtur, o turismo doméstico é responsável por 93,5% do PIB do setor. A ideia é tornar o turismo mais acessível, incentivando a competitividade através do aumento da oferta de serviços ligados ao turismo. E por fim, aumentar o número de empregos no setor para 9 milhões.

O PNT também abarca quatro diretrizes principais que visam o fortalecimento das regionalidades, melhoria da qualidade e competitividade, incentivo a inovação e promoção da

sustentabilidade, eixo onde está inserido o ecoturismo. Vale ressaltar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a preservação não apenas dos recursos naturais, mas da sustentabilidade sociocultural que assegura a integridade das comunidades visitadas e fortalece sua identidade. A sustentabilidade econômica, que garante a distribuição e equidade na distribuição dos recursos oriundos dessa atividade. E a sustentabilidade político-institucional, que assegura a solidez e o compromisso dos agentes governamentais.

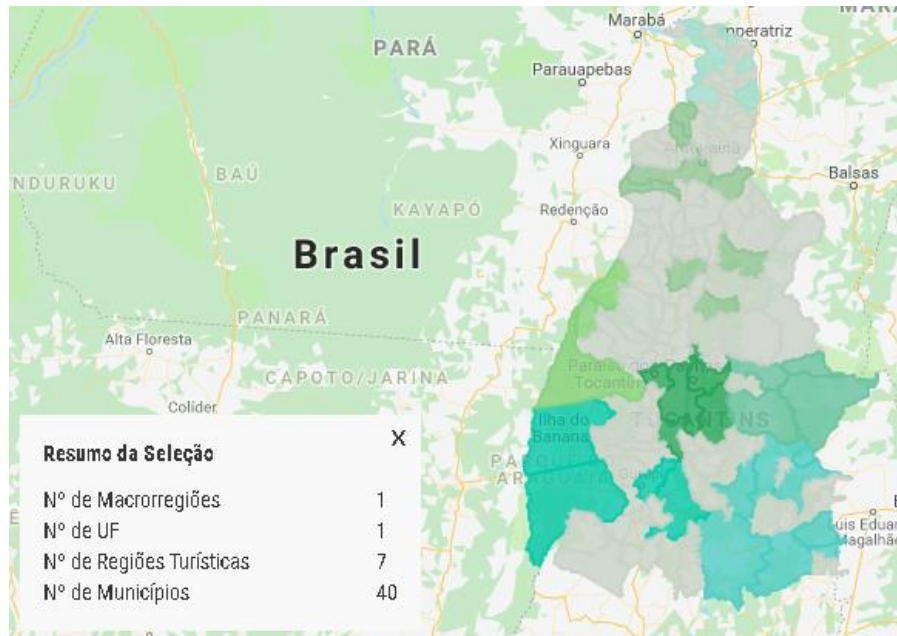
Esses princípios permeiam os planos nacionais de turismo e o Programa de Regionalização do Turismo. Seu foco é nas regiões turísticas estabelecidas através do Mapa do Turismo Brasileiro, um dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo. Segundo levantamentos do MTur, o Tocantins possui uma forte vocação para o turismo ecológico e de aventura, devido a sua diversidade natural.

No Estado do Tocantins uma das modalidades em destaque é o ecoturismo, definido como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Essa modalidade de turismo volta-se para as pessoas que desejam um retorno à natureza e que não se submetem ao marketing ou ao turismo de massa tão facilmente, que valorizam a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida, a manutenção da qualidade do ambiente e as experiências mais significativas.

Neste sentido, o ecoturismo se utiliza da singularidade das paisagens para motivar o interesse e promover ações sustentáveis, buscando a formação de uma maior consciência ecológica, procurando minimizar os impactos ambientais, compreendendo que cada indivíduo percebe a paisagem e os lugares de forma única e que os espaços não podem ser utilizados como mercadorias descartáveis.

De acordo com o Mapa do Turismo, o estado possui sete regiões turísticas que são: Bico do Papagaio, Encantos do Jalapão, Ilha do Bananal, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lagos, Serras Gerais e Vale dos Grandes Rios. Tais regiões estão distribuídas em 40 municípios, de norte a sul.

Figura 3 – Mapa do Turismo do Tocantins



Fonte: Mapa do Turismo/Mtur (2019)

Mesmo diante do potencial para o ecoturismo revelado no estado do Tocantins, as pesquisas realizadas por Melo e Aguiar (2017) destacam as dificuldades dos proprietários da região de Taquaruçu em manterem seus atrativos em boas condições. Afirmaram, ainda, que possuem poucos recursos e não há um orçamento próprio para melhoria estética, da infraestrutura e condições de acesso das trilhas. Dessa forma, aliar o turismo rural com a agroecologia pode ser uma resposta e esse tipo de problema. Destaca-se que a atuação da sociedade civil e poder público local podem ser a chave para melhorar as condições dos atrativos.

3.2 Turismo Rural e Agroecologia

A discussão sobre a transição agroecológica está hoje bastante generalizada e diz respeito à ampliação da sustentabilidade de longo prazo dos mais distintos sistemas agrícolas. Seguindo esse ideário, após discussões entre os setores público e privado, publicou-se o Decreto Federal nº 7794 (Brasil, 2012) que instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da

transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

A partir desta legislação, em 2013 é elaborado o PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica (Brasil, 2013), cujo objetivo é o de implementar os programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida, fomentando a oferta e consumo de alimentos saudáveis produzidos de forma sustentável e com uso ponderado dos recursos naturais. O PLANAPO constituindo-se como instrumento de operacionalização da PNAPO e de monitoramento, avaliação e controle social das ações por ela organizadas.

Para Alexandre (2010) as atividades e os esforços relacionados à gestão sustentável de recursos naturais, bem como a valorização e preservação da identidade cultural de populações das localidades, têm se mostrado como assuntos de excepcional relevância neste mundo desenvolvimentista e globalizado. A autora ressalta que como um país de dimensões continentais, situação geográfica privilegiada e detentor de riquezas naturais e culturais inestimáveis, o Brasil tem o dever de se fazer presente e atuante neste contexto, nas mesmas proporções de sua grandeza, enfrentando com políticas precisas e eficientes o desafio de promover mudanças em favor do desenvolvimento socioeconômico nacional, ao mesmo tempo em que mantém clara a necessidade de educação e conservação ambiental, bem como o respeito à cultura e modos de ser e agir dos diferentes grupos humanos.

Ao encontro destas perspectivas e necessidades, observa-se o desenvolvimento dinâmico da atividade turística dentre as maiores catalisadoras mundiais na geração de empregos e movimentação de recursos. Ao mesmo tempo, se fortalece como importante aliado na gestão sustentável dos patrimônios natural e cultural, dependente que é, destes patrimônios, como elementos formadores do produto turístico e, conseqüentemente, mantenedores de sua própria sobrevivência

Diante desse contexto, percebe-se que as práticas agroecológicas, em especial os sistemas agroflorestais e o ecoturismo, trazem de volta atividades antes esquecidas, por culpa de um modelo que visualizava apenas o econômico deixando de lado o social e o ambiental. Para Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia, retoma as concepções agrônômicas de produção pré-revolução verde, apropriando-se dos progressos da ciência e tecnologia dos últimos

50 anos que se conformaram em técnicas produtivas com a incorporação das questões sociais, políticas, culturais e ambientais, energéticas e éticas, tendo sempre presente o respeito a biodiversidade.

Para autores como Gleissmann (2001); Fonseca (2009) e Caldart (2011) a agroecologia também corresponde a um campo de estudos que objetiva o manejo ecológico dos recursos naturais, uma ação social coletiva de caráter participativo, um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica. Isto para reconduzir o curso corrompido da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade.

Segundo Balestro e Sauer (2013) a maior parte dos sistemas agroindustriais possui baixa ou nenhuma sustentabilidade. Os resultados ambientais são destruição e contaminação do solo e dos recursos hídricos, o empobrecimento da biodiversidade e a expansão do desmatamento. Nesse sentido é fundamental a contribuição da produção familiar e da sociobiodiversidade na construção de um desenvolvimento sustentável no campo.

Há três aspectos essenciais do desenvolvimento rural capaz de contribuir com a sustentabilidade: menor consumo de energia, por permitir o aproveitamento racional dos recursos, o que contribui para a economia pós-carbono, por ser menos dependente de insumos externos e industrializados; a paisagem constitui um ativo econômico e cultural com grandes incentivos para a sua preservação; distribuição de renda. Tais aspectos vão em oposição a agricultura convencional, intensiva em capital, com ineficiência energética, dependente de produção em larga escala e concentradora de renda.

No estado do Tocantins, a importância da agricultura familiar é reconhecida direta e indiretamente, sendo associada a modos de vida pautados por repertórios culturais específicos e a modos de reprodução socioeconômica diversificada. Com aproximadamente 43 mil agricultores familiares, os quais contribuíam com 40% do valor bruto da produção agropecuária e ocupam 50% das áreas destinadas à agricultura no estado. O que já representava 76% dos estabelecimentos, cujo tamanho médio é 18ha (SOUSA, 2017).

Nesse sentido algumas reflexões são necessárias no sentido de que a utilização do pacote tecnológico, oferecido pela revolução verde, não ocorreu de forma harmônica no Brasil quando se analisa o desenvolvimento da agricultura sob o ponto de vista da sustentabilidade. Em muitos casos os agricultores e trabalhadores do campo não estavam preparados para as mudanças que a

revolução verde trouxe. O que houve foi a demonstração de um total despreparo dos agricultores diante destas tecnologias, através de um aumento da utilização do maquinário e, principalmente, dos insumos agrícolas. Estes geraram, como efeito colateral da modernização, não só uma degradação ambiental significativa, mas também o aumento assustador dos incidentes de contaminação humana (CAPORAL e COSTABEBER, 2003; MADEIRA *et al.* 2016).

Para Shiki (2013) o pequeno espaço rural tem que ter o máximo de serviço ambiental para obter os ganhos de escala e torna-lo viável, mas também um capital mínimo para explorar a beleza cênica, atrair turistas e viabilizar a criação de outros negócios para o trabalhador familiar. “A inovação requerida para a agricultura familiar tem que ser um misto de conhecimento científico sobre a ecologia local acrescido ou enriquecido pela cultura popular”, também chamado de heterogeneidade de conhecimentos (SHIKI, 2013, p. 160). O autor defende que as economias de escala e de tamanho, na agricultura, são limitadas por fatores naturais, embora existam culturas como a soja, há especificidades nos processos biológicos que são condicionantes naturais da produção (clima, solo, etc.) e o papel da terra enquanto meio de produção.

Como alternativa aos limitantes de produção e degradação do ambiente a produção agroecológica, aliada ao turismo é uma opção sustentável que gera retorno à toda a comunidade local.

3.3 Desenvolvimento Regional e o Agroecoturismo

Segundo Castanho et al. (2018) o turismo, atualmente, é uma das atividades econômicas mais preponderantes a nível político, econômico, ambiental e sociocultural. Sua conotação de lazer perde espaço e passa a assumir um papel ativo nas sociedades e se torna componente da sustentabilidade. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o turismo assume-se como uma das principais atividades da economia global, considerado por muitas entidades públicas como solução alternativa ao seu desenvolvimento, quer local, quer regional.

Além de possibilitar uma expansão da empregabilidade, da economia local e conseqüentemente do PIB, o turismo pode ser utilizado como ferramenta de preservação ambiental. Em contrapartida, toda e qualquer cadeia produtiva pode gerar efeitos negativos como poluição, degradação, aglomerações, entre outras. Por sua importância e peso não se pode pensar

em turismo sem um devido planejamento a fim de minimizar externalidades negativas e otimizar as positivas. Para Castanho (2018) o turismo não pode ser praticado sem planejamento, por ser um importante agente de mudança, necessita de gestão ambiental e sustentável para se manter ao longo do tempo de forma estruturada e produtiva.

A Economia Regional é o ramo do conhecimento que trata a distribuição heterogênea das atividades em um espaço geográfico com o objetivo de estabelecer normas e objetivos que resultem em desenvolvimento econômico e social. Conjuntamente às políticas públicas, ela também busca solucionar problemas urbanos e rurais. Em contraposição às teorias neoclássicas de desenvolvimento como as de Weber, Isard, Perroux e Myrdal, surge o conceito de desenvolvimento “territorial”, a partir da década de 1970 com Friedmann e Weaver. Que posteriormente teve como catalizador da teoria as revoluções culturais asiáticas, o Clube de Roma, o eco-desenvolvimento e a evolução a respeito do pensamento ambiental e sustentável. (LIMA, 2006)

O conceito de desenvolvimento endógeno “de baixo para cima”, ou seja, do local para o nacional, consiste em um processo de crescimento econômico que implica em contínua ampliação da capacidade de agregar valor sobre a produção, ocasionando a absorção do excedente econômico gerado na economia local. Ao contrário do modelo inverso, que parte do macro para o micro, baseada nos modelos de crescimento de larga escala, esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local.

De acordo com Amaral Filho (2001) os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em três elementos-chaves: proximidade, experimentação variada e simultânea e tamanho reduzido. A partir dessa visão, supõe-se que as instâncias locais podem captar melhor as informações, além de poderem manter uma interação, em tempo real, com produtores e consumidores finais. A interdependência “orgânica” entre as empresas forma uma coletividade de pequenas empresas, em uma espécie de cooperativismo que conjuntamente obtém ganhos em economias de escala.

O desenvolvimento local sustentável trata-se de um modelo que representa o inverso dos modelos tradicionais baseados no modo de organização fordista, por se basear em um aglomerado de pequenas e médias empresas funcionando de maneira flexível e integrada entre si e o ambiente social, econômico e cultural. Essa estratégia tem por objetivo criar um polo

dinâmico local, com efeitos multiplicadores que se propagam e auto reforçam, tornando a região atrativa e economicamente fortalecida

Para isso, Amaral Filho (2001) recomenda a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, que envolva uma cadeia de atividades interligadas. Os projetos de desenvolvimento podem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou atividades já praticadas anteriormente. Uma estratégia desenvolvimento local deve ir além da busca de fatores locacionais, é preciso que se crie um sistema produtivo sustentável no tempo. Ele afirma ainda que:

Dependendo da situação, o segmento do turismo, por exemplo, pode ser uma das inúmeras opções que se aproximam do paradigma de desenvolvimento endógeno sustentado, na medida em que consegue conjugar vários elementos importantes para o desenvolvimento local ou regional: (i) forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais; (ii) grande número de pequenas e de médias empresas locais, ramificadas por diversos setores e subsetores; (iii) indústria limpa; (vi) globalização da economia local por meio do fluxo de valores e de informações nacionais e estrangeiras, sem que essa globalização crie um efeito trade-off em relação ao crescimento da economia local, pelo contrário (AMARAL FILHO, 2001).

Tal fato vem de encontro ao Prêmio Nobel de 2018 dividido entre os norte-americanos William Nordhaus e Paul Romer, que foram pioneiros ao adaptar a teoria econômica para dimensionar melhor as questões ambientais e o progresso tecnológico. Ao conceder um prêmio que destacou o debate global dos riscos associados à mudança climática, a Academia Real Sueca de Ciências disse que o trabalho ajudou a responder perguntas fundamentais sobre como promover o crescimento sustentável de longo prazo e enfatizar o bem-estar humano (BERALDO *et al.* 2019).

De acordo com Beraldo *et al.* (2019) Romer mostrou como as forças econômicas governam a disposição das empresas para produzir novas ideias e inovações e estabeleceu os fundamentos de um novo modelo para o desenvolvimento, conhecido como teoria do crescimento endógeno. Nordhaus, da Universidade Yale, nos Estados Unidos, foi a primeira pessoa a criar um modelo quantitativo que descreveu a interação entre a economia e o clima. Ressalta-se que suas descobertas ampliaram significativamente o âmbito da análise econômica por meio da construção de modelos que explicam como a economia de mercado interage com a natureza e o conhecimento. Nesse sentido o agroecoturismo apresenta-se como estratégia de desenvolvimento local sustentável.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Sousa *et al.* (2017) o Programa Nacional de Inovação e Sustentabilidade na Agricultura Familiar foi criado em 2014 com o propósito de integrar ações de extensão rural, pesquisa e ensino, tendo como finalidade central promover a inovação de forma sustentável, por meio de uma rede de atores que atuam junto à agricultura familiar. Assim como outras instituições públicas a Universidade vem desempenhando o seu papel para impulsionar o desenvolvimento local sustentável mesmo que de forma tímida.

Nesse sentido, a região de estudo está dentro de uma Área de preservação ambiental - APA Serra do Lajeado, em função das características territoriais, o uso dos recursos naturais tais como, solo e água devem ser preservados. No entanto, sua população não pode ficar de fora, assim o agroecoturismo vem de encontro a outras alternativas para os moradores das comunidades do entorno da APA do Lajeado.

As observações durante a pesquisa nos permitem relatar a existência de produtores praticando a agroecologia de maneira informal na região do Distrito de Taquaruçu. Em sua maioria estes produtores se encontram em transição do sistema convencional para o sistema agroecológico e com potencial para o agroecoturismo, aproveitando os atrativos naturais da região.

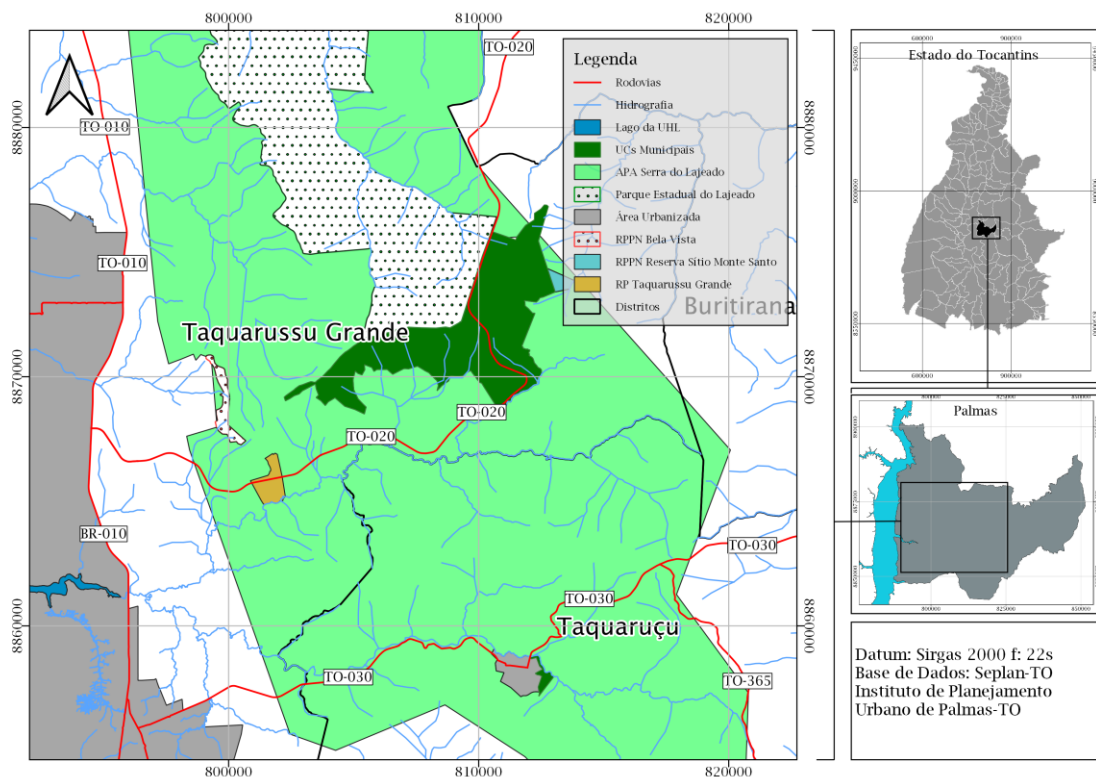
Na comunidade de Taquaruçu Grande há uma Escola de Educação no Campo e Tempo Integral – ETI - Professor Fidêncio Bogo, projeto iniciado em 2015, concluído e entregue a comunidade em 2019, realizado pela Prefeitura de Palmas em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O projeto foi fruto de reivindicações da população local articulada por meio da Associação Água Doce.

A Associação Água Doce, um grupo de pessoas envolvidas com as causas ambientais e preocupadas com a preservação do Ribeirão Taquaruçu Grande e suas nascentes, iniciaram um movimento social junto à comunidade. Tal movimento culminou em um círculo de debates, no qual todos os segmentos da comunidade local participaram e, em 13 de julho de 2013, foi registrada em ata a criação do Movimento Associação Água Doce, que se constitui em uma organização não governamental – ONG, de perfil jurídico diferenciado da Associação dos Pequenos Produtores de Taquaruçu Grande (APPTG).

A ONG - APPTG, reúne moradores, pequenos produtores, artesãos de diversas origens e etnias, moradores da região de longa data, incluindo também a igreja, escolas e todos os demais segmentos sociais do povoado que tratam e cuidam da promoção da saúde, esporte, lazer, arte e cultura. Juntos a comunidade vem trabalhando para melhorar a qualidade de vida dos seus moradores no sentido de preservar tradições, culturas e o meio ambiente.

Cabe mencionar o fato de que para aproximar a agroecologia das escolas do campo fez-se necessário um movimento de transformação social amplo o que exigiu um esforço político no sentido de construir políticas públicas locais que aproximassem a agroecologia da agricultura familiar camponesa, trabalhando especialmente com os pequenos agricultores que buscam uma melhor capacitação para seus filhos, já que a comunidade de Taquaruçu Grande está localizada em uma zona rural.

Figura 4- Área da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SEPLAN (2019)

A ETI - Prof. Fidêncio Bogo possui 2,218,39m² de construção e ocupa uma área 49.866,52m², torna-se uma replicadora dos preceitos agroecológicos na comunidade de Taquaruçu. Assim como, o Circo Os Kaco. As duas instituições desempenham um papel social,

sendo referência para a comunidade local, por serem replicadoras dos conhecimentos e preceitos agroecológicos. A ETI – Professor Fidêncio Bogo, já atua com algumas ações de educação para a população local, onde toda a comunidade tem a oportunidade de aprender novas técnicas de manejo e cultivo agroecológicos, compostagem, coleta seletiva, preservação ambiental e educação ecológica. O papel desempenhado por esses atores é fundamental para um projeto consistente a longo prazo, que possa passar para as próximas gerações a importância da agroecologia para a preservação e sustentabilidade local.

Quadro 2 – Resultados da pesquisa sobre o potencial dos AFs segundo os objetivos e estratégias SEBRAE

Produtor	Identificação do Potencial turístico. Já desenvolve atividades Turísticas	Estrutura da Propriedade adequada	Produtor rural Agricultor Familiar	Empresário de pequeno porte	Tem produção agroecológica ou orgânica	Aproveitam os Recursos Naturais
1	Não	Precisa de adequações	Sim	Não	Sim	Sim
2	Não	Precisa de adequações	Sim	Não	Sim	Sim
3	Sim	Precisa de adequações	Não	Sim	Sim	Sim
4	Não	Precisa de adequações	Sim	Não	Sim	Sim
5	Sim	Precisa de adequações	Sim	Não	Sim	Sim
6	Sim	Precisa de adequações	Sim	Não	Sim	Sim
7	Sim	Precisa de adequações	Não	Sim	Não	Sim
8	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
9	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
10	Não	Precisa de adequações	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Resultados da Pesquisa; Elaborado pela autora.

A primeira propriedade localizada na região central no setor urbano do distrito de Taquaruçu, é o Projeto Circo Social Os Kaco, que tem como finalidade a prática educacional social, tendo como uma das linhas a agroecologia. Existem três famílias vinculadas a este projeto

que praticam agricultura urbana em seus quintais agroecológicos sendo que as atividades ligadas aos quintais e o manejo agroflorestal são desenvolvidas principalmente por mulheres, todas com nível superior e com grande preocupação com a alimentação de suas famílias. Além do plantio e cultivo de alimentos como mandioca, feijão, abobora e hortaliças também desenvolvem outras práticas de manejo agroecológicos, dentre as quais cita-se: compostagem, bioconstrução e hortas em pequenos espaços.

A segunda propriedade está localizada no Vale do Mutuzinho, chefiada por uma mulher junto com sua família e um jovem estudante de agronomia desenvolvem práticas agroecológicas há mais de cinco anos, com a preocupação em produzir para o consumo da família e venda do excedente. Já tendo implantado um Sistema Agroflorestal – SAF, as práticas de manejo já estão consolidadas com pequena utilização de insumos externos. A família de agricultores comercializa frutas, hortaliças e flores.

A terceira situa-se na divisa com o distrito de Buritirana, no alto da Serra do Carmo, também chefiada por uma mulher. A família de agricultores se instalou a menos de três anos. Trabalhou com limpeza e recuperação da área com a implantação de um SAF, com plantio de espécie de madeira mogno e plantas frutíferas, dentre as quais destaca-se: cupuaçu, açaí, cana-de-açúcar, e bananeira, mandioca e abobora. Segundo as informações da produtora já comercializa banana, mandioca e abobora. Dessa forma as três agricultoras relataram estar preparados para receber turistas em suas propriedades e se disponibilizam fazer parcerias.

Na região da comunidade de Taquaruçu Grande, foram localizadas outras propriedades com potencial para integração à rota. A região possui muitas chácaras para lazer e pequenos comércios que atendem a população residente e visitante, como restaurantes, mercados e produtores que comercializam produtos caseiros e comidas típicas da região. Além de atrativos como cachoeiras e sítios arqueológicos, alguns ainda em fase de projeto para exploração do turismo

A partir de um grupo de pessoas preocupadas com a preservação das nascentes, que priorizam a preservação e possuem desejo ou vocação para a produção agroecológica e orgânica, surgiu a Associação Água Doce. Conforme já mencionada, a ONG foi criada pela comunidade em 2013 e é composta por sete proprietários da região que produzem alimentos ou ofertam algum tipo de atrativo turístico e preservam suas terras. Dessa comunidade foram localizados cinco produtores agroecológicos, uma pousada e um produtor de queijos e derivados do leite.

Desse circuito, a primeira propriedade se encontra às margens da rodovia, próximo a um mercado local. A produtora adquiriu a propriedade para lazer, mas a x anos vem produzindo hortaliças e alguns frutos do cerrado para consumo próprio e comercialização dos excedentes. Atualmente está em fase de certificação para produtos orgânicos. No local já há produção de couves, alface, rúcula, cidreira, cebolinha, salsinha, abobrinha, quiabo entre outras. Esse ano começou a trabalhar com frutas como abacaxi, manga e limão. E possui um projeto de implantação de pelo menos duas estufas para plantação das hortaliças e tomates além de estrutura para um “minhocário” e cozinha industrial para agregar valor aos produtos produzidos.

A segunda propriedade se encontra mais afastada da rodovia, rodeada pela serra, possui mirantes, uma cachoeira intermitente e, mais recentemente, foi localizado um sítio arqueológico com pinturas e cerâmicas rupestres. A produtora produz frutos como abóboras, batata, inhame e jiló. Também há frutas típicas do cerrado como caju e pequi, além de galinhas e algumas vacas, tudo para consumo da família. Aos fins de semana, sob agendamento, é oferecido um “café da roça” para grupos de visitantes que desejam conhecer a propriedade e apreciar a culinária local.

Limítrofe à segunda propriedade encontra-se um produtor de café e frutos do cerrado, que também trabalha com turismo de aventura em sua propriedade. Do outro lado há uma pousada, ainda em fase de implantação, com cachoeiras e outros atrativos turísticos, mas sem qualquer tipo de produção. Seguindo ainda a mesma rota, há mais três produtores, já tradicionais da região. O primeiro é uma fazenda de jabuticabas orgânicas e frutos tropicais e exóticos. Essa propriedade é a mais antiga da região a trabalhar com agroecologia.

Outra instância também já consolidada, é liderada por um senhor que produz derivados de leite, principalmente queijo e doce de leite que são comercializados nas feiras locais. Em sua propriedade ele recebe visitantes para conhecer mais sobre o local e sua culinária, oferecendo almoços com o que é produzido em sua propriedade e nos vizinhos. Os turistas têm acesso a trilhas e cachoeiras, além da vivência rural e pode comprar os produtos frescos produzidos ali.

Também foi localizado um produtor, que aderiu ao projeto Água Doce e atualmente se encontra em transição do sistema tradicional para o agroecológico. Sua produção ainda se encontra reduzida a mandioca, banana e frutos do cerrado, que são comercializados em feiras da região. Todas as propriedades locais são pequenas e com alto índice de preservação da mata nativa, algumas chegam a ter 99% da floresta preservada conforme as figuras 5 e 6.

Figura 5 – Propriedades localizadas no distrito de Taquaruçu



Fonte: Autora/Produtores (2019)

As fotos referentes a figura 5 apresentam propriedades do Distrito de Taquaruçu, já na figura 6 são propriedades na Comunidade de Taquaruçu Grande.

Figura 6 – Propriedades localizadas na comunidade de Taquaruçu Grande



Fonte: Autora (2019)

As figuras 5 e 6 revelam a beleza local, além do manejo e plantio de SAFs e outras práticas agroecológicas para a conservação dos recursos naturais. A partir da proposta de novos projetos em parceria com instituições de ensino, pesquisa e extensão espera-se poder continuar a desfrutar de tanta beleza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial proposto pela pesquisa foi de mapear e identificar agricultores familiares e propriedades em transição para o sistema de produção agroecológico que possuem potencial para desenvolver o agroecoturismo nos distritos de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande no município de Palmas, Tocantins. Esse objetivo foi atendido e foram localizados diversos produtores nessa região, com diferentes perfis e projetos para suas propriedades.

A questão chave da pesquisa, sobre quantas propriedades praticam técnicas de produção agroecológicas e estão dispostas a desenvolver o agroecoturismo, obteve ótimos resultados. Foram identificados dez produtores e parceiros que vêm trabalhando com práticas agroecológicas. Alguns ainda em fase inicial do cultivo e outros no caminho para a certificação de seus produtos. Os proprietários também buscam implantar métodos que atraem e geram interação com o turista, como aulas de artesanato, culinária típica local, interação com a agrofloresta e comercialização de produtos, entre outros.

Ao identificar esses agricultores familiares, observou-se durante a pesquisa que há potencial para a prática do agroecoturismo, sendo necessário um envolvimento e capacitação de moradores da comunidade e readequação das propriedades rurais com infraestruturas, tais como estradas para melhorar o acesso do turista, trilhas, passarelas, entre outras. Alguns já vem recebendo apoio do projeto elaborado pelo SEBRAE local, e mostra alguns avanços na cooperação entre os proprietários, na tentativa de viabilizar o turismo histórico, ecológico e radical. No entanto, o Plano Turístico do Sebrae não contempla o agroecoturismo e não fomenta a produção por meio de práticas agroecológicas.

Conclui-se que os locais possuem muitas características que podem ser aproveitadas e desenvolvidas para o agroecoturismo e que o município possui vocação para tal, portanto há uma necessidade de se trabalhar para envolver e qualificar melhor a população local. Neste sentido, sugere-se ainda novas agendas de pesquisa para demonstrar a viabilidade técnica e econômica da produção agroecológica aliada ao agroecoturismo na região de Taquaruçu e comunidade de Taquaruçu Grande. Assim como o desenvolvimento de projetos de extensão em parceria com a Universidade, comunidade e gestores públicos para elaboração de soluções para as problemáticas locais por meio de políticas públicas de desenvolvimento local.

6.REFERÊNCIAS

AGNES, C., BUFFON, M. E MORIGI, V. J., **Evolução do Papel do Estado na Promoção dos Direitos Sociais**. Revista Destaques Acadêmico, 2011.

ALEXANDRE, L. M. de M. **Turismo rural como uma estratégia de desenvolvimento regional**. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1., São Cristóvão, SE. Anais... São Cristóvão, SE: GEPRU/NPGEU/UFS, 2010. <<http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9403>>

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera – ANO 13, Nº. 16 – Janeiro/Junho de 2010.**

ALTIERI, M. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo. Expressão popular, 2012.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Ipea - Planejamento e políticas públicas, n. 23, jun. 2001. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp23/Parte1.pdf>

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalho para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7 ed. São Paulo: Atlas: 2008.

BALESTRO, MV SAUER, S. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.p.261-304.

BECKER, B. K, **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**, Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2001.

BELLOCCO, R.; GROTTA, A. A review of mediation analysis in Stata: Principles, methods and application. **Italian Stata Users' Group Meetings 2013, Stata Users Group**. Available in http://www.stata.com/meeting/italy13/abstracts/materials/it13_grotta.pdf Access: 16/09/2016.

BERALDO, K. A; BARBOSA, G. F.; COUTO, J. J DA SILVA. **O Avanço da Agricultura Urbana no Município de Palmas-Tocantins**. 57º. **CONGRESSO SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Ilhéus - BA, 21 a 25 de julho de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO**. -- Brasília, DF: MDS; CIAPO, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasil Agroecológico: **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica** – Planapo. Brasília: 2016.

_____. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. Brasília: 2012

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>>

_____. Ministério do Turismo, **Mapa do Turismo**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>

_____. Ministério do Turismo, **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>

_____. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, **Diagnóstico Turístico, Econômico, Ambiental e Social de Taquaruçu Planejamento Estratégico**. Palmas, 2017.

CALDART, Roseli Salet. **A escola do campo em movimento**. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.A. **Análise Multidimensional da Sustentabilidade**. Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002.

CASTANHO, Rui Alexandre et al. **Ordenamento Territorial e a Sua Relação com o Turismo Regional: O Caso de Estudo da Região Autónoma da Madeira (RAM)**. CIDADES, Lisboa, n. 36, p. 42-55, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302018000100004&lng=pt&nrm=iso

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

FILMER, D.; L.H. PRITCHETT. Estimating wealth effects without expenditure data—or tears: An application to educational enrolments in States of India. **Demography**. Vol.38 (1): 115–131, 2001.

FOCHEZATTO, A. **Desenvolvimento regional: recomendações para um novo paradigma produtivo**, O ambiente regional. Três décadas de economia gaúcha, v.1, p. 160–192, Porto Alegre, 2010.

FONSECA, M. F. A. C. **Agricultura Orgânica: regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói (RJ): PESAGRO RIO, 2009. 119p.

- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos Ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 653 p.
- HAYES, A. F. Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: A Regression-Based Approach. **Guilford Press**. 507 pages, 2013.
- LIMA, A.E.M., **A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado**. *Revista Análise Econômica*, ano 24, n. 45, p. 65-90, Porto Alegre, 2006.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MADEIRA, C.G; LIMA, C.V.L; LIMA, D.V; OLIVEIRA, P.C. **Educação Ambiental: a Agroecologia como Instrumento de Efetivação do Pensamento Ecológico**. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2003/Carlos%20Guilherme%20Madeira.pdf>. Acesso em 18/09/2016.
- MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata, **Desenvolvimento Regional: Principais Teorias**, Revista *Thêma et Scientia* – Vol. 5, no 2, p. 8-23, jul/dez 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento, execução e amostragens**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em: 19 de set 2016.
- MELO, S. M. C. de; AGUIAR, E. P. S. **Trilhas das Cachoeiras de Taquaruçu – TO: mapeamento e caracterização**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 96-112, dez. 2017.
- MICHEL, M. H. 2009. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências. 2 ed. São Paulo: Atlas
- SHIKI, Shigeo. **Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano**. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica / Sergio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs) – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 137-172.
- OLIVEIRA, N. M; STRASSBURG, U; PIFFER, M. **Técnica de Pesquisa Qualitativa: uma abordagem conceitual**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista. UNIOESTE/MCR – V. 17 – n. 32. – 1º. Semestre se 2017 – p. 87 a 110.
- PARRA, Cecília de S.; SILVA, Carolina Priscila; CHEHADE, Michelle B. Agroturismo Como Fonte de Renda Para Pequeno Agricultores. **Revista Científica Eletrônica de Turismo**. São Paulo: (2007).

PERONDI, M.A. **Agricultura como fronteira entre sociedade e natureza: atributos a multifuncionalidade.** Campinas: Anais do II Encontro Anual da ANPPAS (Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ambiente e Sociedade), 2002.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira, **Agroturismo e Desenvolvimento regional**, 3ª ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017, 317 p.

ROCHA, Eduardo Jorge Pino Lyra. **Agroflorestas sucessionais no assentamento Fruta D'anta – MG: potenciais e limitações para a transição agroecológica.** 2006. 168 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROCHA, Roberto. **A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade.** Cadernos EBAPE.BR – Volume II, Número 1. Março, 2004.

SAES, B. M. e ROMEIRO, A. R., **O debate metodológico na economia ecológica: indefinição ou pluralismo?**, Revista Nova Economia, 2018.

SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino. **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural.** São Paulo: Manole, 2010.

SCHIMITT, CLAUDIA JOB. **Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira.** In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica / Sergio Sauer e Moisés Villamil Balestro (orgs) – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-198.

SILVA, P. P. V. **Sistemas agroflorestais para recuperação de matas ciliares em Piracicaba, SP.** 98p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Florestais. Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2002.

SOUSA, D. N de; CHARÃO-MARQUES F.; KATO, H. C. de A. **NOVO PROGRAMA, NOVOS ATORES: INOVAÇÃO E AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR DO TOCANTINS.** Extensão Rural, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.24, n.3, jul./set. 2017.

SOUZA, C., **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura.** Sociologias. Porto Alegre, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>

VIANA, V.M.; MATOS, J.C.S.; AMADOR, D.B. **Sistemas agroflorestais e desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, 26., Rio de Janeiro: SBCS, 1997.